



Apropriação criativa – Projeto para a comunidade política no espaço público

Creative appropriation – A project for the political community in the public space

Maria Isabel Villac*

*Maria Isabel Villac é arquiteta e urbanista pela Universidade Mackenzie, com doutorado em Teoria e História da Arquitetura pela Escuela Técnica Superior d'Architectura de Barcelona - Universitat Politècnica de Catalunya, com a tese "La construcción de la mirada. Naturaleza, Ciudad y Discurso en la Arquitectura de Paulo Archias Mendes da Rocha". Recentemente publicou os seguintes títulos: "Comunidade política no espaço público", capítulo do livro Arte Pública e cida-

dania: novas leituras da Cidade, organizado por Pedro de Andrade, Carlos de Almeida Marques, José Barros. Lisboa, Portugal: Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas, SA, Coleção Pensar Arquitectura, 2010. "Sistema e criação do artefato abstrato", capítulo do livro Composição, partido e programa: uma revisão crítica de conceitos em mutação, organizado por Anna Paula Canez, e Cairo Albuquerque da Silva, prefácio de Alfonso Corona Martínez. Porto Alegre: Uniritter, 2010.

Resumo:

A apropriação criativa e crítica do território urbano pela arte considera uma população que vive em condições precárias de habitabilidade, cortiços e ocupações dos edifícios vazios do centro histórico, por um lado, favelas, por outro. Esta ação mostra um novo impulso à noção de ação política e à possibilidade de surgimento de novas formas potenciais de democracias locais. Este o contexto em que se quer indagar a equação sociedade-cidadania em São Paulo e tecer considerações sobre a intrincada relação entre ruínas e virtudes na metrópole para o Projeto da Arquitetura e da Cidade.

Palavras chave: comunidade, arte, sociabilidade

Abstract:

The creative and critical appropriation of the urban territory of art considers the population that lives in substandard conditions of habitability, tenements and occupations of empty buildings of the historic centre, on the one hand, and the slums, on the other. This action shows a new impetus to the notion of public procedure and the possibility of emergence of new potential forms of local democracies. This is the context in which one wants to ask the equation society- citizenship in the town in São Paulo and remark the intricate relationship between ruins and virtues in the metropolis for the project of architecture and the city.

Key words: community, art, sociability

Comunidade política no espaço público

São Paulo, cidade colonial de 1554, é hoje a somatória de centralidades e territórios dispersos cujas fronteiras se expandiram muito além de uma concentração propriamente urbanística. Apesar dos planos diretores, da legislação ambiental, o centro histórico, entre as décadas de 1970-1990, esvaziou-se, os limites da periferia dilataram-se sem controle, sem projeto urbano, sem continuidade do meio urbanizado. A fotografia da aglomeração metropolitana mostra uma clara oposição centro/periferia. A representação do território é a nítida demarcação entre núcleos verticalizados permeados por enclaves de ocupação precária e áreas suburbanas espraiadas e à deriva em situação de degradação. Uma realidade geopolítica originária de transformações econômicas desligadas de um propósito social; um espaço geográfico que é tanto fruto de um urbanismo sem urbanidade como do descaso e da interrupção de um projeto para a cidade.

Espaço público

A identificação da metrópole contemporânea se relaciona com a sua transformação em cidade cenário; a era tecnológica que permite «a concentração de uma "domicialização" sem domicílio» (Virilio, 1993) e a «crise das grandes narrativas» (Lyotard, 1988) que apontam para a decadência do espaço urbano e o esvaziamento do espaço público. A arquitetura estetizou-se e está a serviço da representação. O território construído é confrontado pela imaterialidade dos vetores de expressão instantânea das imagens e das mensagens. Os ideais comuns deram lugar aos discursos autônomos e autoreferentes, mas nem por isso restritos, pois os meios de comunicação de massa se encarregam de veicular a desinformação desnecessária, invasiva e tediosa das micro-narrativas que torna pública a vida privada e esvazia a possibilidade de construção compartilhada de vida pública.

À crise do espaço público se associa a decadência da metrópole. O espaço público se apresenta como materialidade supérflua na aceleração do tempo e na percepção plana da paisagem urbana; espaço desnecessário quando a informação midiaticizada substitui a experiência dos sentidos, ultrapassado pelo espaço acidental, heterogêneo, fracionado.

Convém lembrar, entretanto, que se, efetivamente, é más fácil construir cidades que vida urbana, São Paulo contraria esta premissa. Cidade caótica, imensa, complexa em seus traçados, agressiva na exposição mais ou menos aparente de sua lógica produtiva e do ritmo desenhado por sua estrutura urbana corporativa (Santos, 1998). Entretanto, cidade-capital econômica e informativa do Brasil; a metrópole referência para as demais cidades do país. (Santos, 1998).

Ao primeiro olhar, São Paulo «é como o mundo todo» (Velooso, 1986). Todas as cidades e nenhuma: vida urbana que ensina a riqueza, a diversidade, o erotismo, a dispersão e o estranhamento de sua cara metropolitana; espaço público que emoldura o pesadelo obscuro da violência da miséria e do abandono, que são essas marcas do sorriso cínico do progresso imediato e sem inteligência do colonialismo interno; fragmentos de espaços, na opacidade que recobre e enclausura a vida pública, que abrem passagem para uma inteligência mais provinciana, doméstica e afetiva.

São Paulo é uma cidade cosmopolita e singular, cuja íntima inscrição na monumentalidade desse cosmopolitismo é uma trama recôndita. Um primeiro olhar revela a sombra que atua em São Paulo, sua aparente invisibilidade, e essa contrariedade e simetria de ser uma moderna cidade do terceiro mundo e uma arcaica cidade do novo mundo. Mas a vitalidade paulistana, sua sociabilidade, busca uma mirada próxima. Um olhar que, como uma cunha, penetre os interstícios de sua vocação construtiva-destrutiva. Uma contemplação aberta que se detenha na sua sociabilidade e perceba os detalhes de uma cena impressionista (Canevacci, 1997) anteposta à visão da cidade cubista.

O espaço paulistano como território único, define, portanto, na contemporaneidade, uma vocação "atópica" e caótica, uma não-cidade. Mas é nos interstícios da cidade carregada de ruínas e modernidade tecnológica, que a peculiar conjunção de provincianismo e estrangeirismo (Mario de Andrade) se opõe à opacidade do construído e do abandonado e assinala, pelas ações de atores marginalizados do processo produtivo, que o espaço público tem estado à espera de uma ação simbólica que lhe devolva significado.

Arte Urbana / Vida mundana

Na metrópole paulistana, a forma urbana mostra potência e degenerescência. O centro expandido regulamentado, onde o espaço é um contínuo de

áreas densamente construídas e organizadas segundo as idades da cidade tradicional seus monumentos e espaços públicos; a cidade moderna e seus edifícios isolados; a cidade pós-moderna e a lógica das arquiteturas cenográficas. E, no contraponto, a descontinuidade à política das grandes obras públicas e à riqueza das arquiteturas de efeitos performáticos do capital privado, visível no povoamento dos loteamentos clandestinos

e das favelas homogêneas e paupérrimas das periferias. (Figuras 1 e 2)

Na desproporção em que convivem uma cultura pós-industrial desenraizada, fortemente financiada, e o complexo de classe invertido em que «os menos favorecidos sentem que cultura é coisa de burguês» (Schwarz, 1982), a arte mantém um vínculo forte com a realidade e é expressão da



Figura 1.



Figura 2.

experiência cotidiana conflitiva de uma vida de resistência à sociedade da segregação e da exclusão. Os segregados das áreas centrais, esvaziadas, improdutivas, que têm tido como característica a intervenção pública na grande escala política, cultural e de recuperação de patrimônio construído; os excluídos do território estruturado por um padrão urbanístico e de investimento destinado às elites que, banidos pelo capital, habitam os interstícios imprecisos e esquecidos do tecido urbanizado ou expandem a ocupação "de outras regras" das periferias.

As manifestações artísticas, que consideram e apresentam a população que vive em condições precárias de cidadania, que sobrevivem do comércio informal e que com-vivem com a prostituição e o tráfico de drogas, têm aportado as mais significativas expressões de formas associativas que fogem da normatização oficial, representativas de atores que não têm acesso à representação na escala da cidadania.

É dentro deste contexto que se há de entender a intrincada relação entre ruína e virtude da metrô-

pole e indagar a equação sociedade-cidadania em São Paulo. Porque a segregação e a exclusão são características da estrutura social atrasada e colonialista. O território, por sua vez, acolhe, mesmo em sua ausência de ações urbanísticas claras e precariedade em acomodar uma população oriunda da escassa distribuição de renda, tanto o arranjo possível de uma possibilidade de habitar como as manifestações artísticas que escancaram esta contradição. No território desestruturado e na forma degradada de ocupação do solo se conquistam brechas de habitabilidade; nas referências culturais universais do capitalismo global, que tendem a anestesiarem os sentidos, as práticas artísticas espontâneas e clandestinas se inscrevem na nova organização da sociedade pós-industrial; no declínio da vida pública, a arte urbana é promessa de comprometimento com o espaço urbano, legitimado ou não.

A ação criadora/transgressora destas expressões se refere ao cotidiano dos habitantes da metrópole: o nomadismo, a apropriação do desterro gerado pelo abandono e pelo tempo histórico, a capacidade de usar criativamente recursos não convencionais, a transgressão, as formas individuais e coletivas de “equacionar” problemas estruturais da vida na metrópole.

Na arte sem simulacros, o dia-a-dia agrega valor de lealdade, sociabilidade, reciprocidade. O objeto do discurso é tudo o que a sociedade nega, mas a cidade abriga. Nas áreas centrais, as

ações se apropriam da fragilidade do espaço público desenhado e abandonado pela sociedade do consumo e da mídia. Estruturas urbanas vulneráveis como, por exemplo, os edifícios abandonados pelo capital, os *terrain-vague* das estruturas construídas somente para infra-estrutura adquirem valor de expressão política pela participação efetiva e voluntária da população na sua des-construção e contaminação. Na periferia, em que somente a construção-pós-construção se aglomera, o vazio desqualificado - e ainda não ocupado pelo uso urbano - ou a rua, adquirem valor de espaço público comunitário.

A desintegração da fronteira entre esfera pública e esfera doméstica é uma característica da situação pós-moderna. O contraponto ao esvaziamento do discurso universalmente reconhecido que privilegia o estelato dos intermináveis relatos pessoais é atributo da crise de referências éticas, estéticas. Nas comunidades carentes, entretanto, a sobreposição entre público/privado tanto pertence a uma tradição de vida simples e hábitos comunitários como denota a emergência de uma expressão política que denuncie a situação de descaso e marginalização.

A ausência de linhas fronteiriças, que amalgaма a comunidade natural da família, da tribo, da relação construída na necessidade e a atitude emancipadora das restrições e desigualdades - impostas pela autoridade política constituída - fazem coincidir necessidade e liberdade na arte



Figura 3.

insurgente que se apropria da cidade. A temática da vida cotidiana - e não exatamente o grande acontecimento de diferenciação presente hoje na "competição" internacional entre as cidades -, adquire valor.

Na arte urbana, a vida mundana dos hábitos, memórias, histórias compartilhadas se explicitam como contraponto ao esquecimento, à pobreza, ao desemprego da transição à era pós-industrial. O território urbano - denso pelo uso, aberto ao significado - é suporte de uma ação criadora insurgente, simbólica, social e politicamente qualificadora do valor coletivo do espaço público.

A prática social/política da arte urbana mostra uma relação causal em que o cotidiano é o meio em que se sente a despolitização da legislação e a ausência de programas eficazes de inclusão social que tenham continuidade no tempo. Esta realidade - e vivência urbana específica - é potencial da arte, indisciplinada, ponto de convergência entre território urbano e vida mundana. (Figura 3)

A expressão de uma comunidade insurgente através da arte urbana assinala a reversão de uma idéia de hierarquia de que existe um centro para esta periferia. Surge a dimensão coletiva de uma identidade não propriamente histórica ou de lugar, mas vinculada a uma indagação pelo futuro que comparte a população: um território que mantém similaridades com o genérico (Koolhaas, 2004); uma economia de subsistência; a ausên-

cia de oportunidades na mudança de hierarquia social. Uma dimensão coletiva frágil no que alerta quanto à possibilidade de ações que alterem o quadro da injustiça social que estrutura a sociedade e ao mesmo tempo fortalecida por esta mesma dificuldade.

Como se trata de uma ação sensível, efêmera e com ênfase no processo, aspectos das relações humanas, da paisagem, da vivência e experiência local são destacados. Há valores compartilhados, compaixão e solidariedade no evento, na ação efêmera, na performance que ocupa o espaço público para explicitar um discurso que se relaciona com o mundo comum. Possibilidades de apropriação informal dos espaços da cidade contrapõem-se à exclusão da riqueza e da informação.

Comunidade política e direito achado na rua

A transposição artística das experiências individuais e coletivas, compartilhadas pelas classes menos favorecidas, assinala um processo cultural novo que interrompe o círculo vicioso da concentração autoritária da iniciativa cultural na classe dominante e a não sujeição à figura de espectador e consumidor passivo de um conteúdo padronizado.

Porque se organiza como um horizonte de interesses convergentes, a arte urbana é capaz de apontar a ação pacífica por justiça e por direitos, estruturada na experiência comum, e assinala um fato social novo: um projeto para a comunidade

política oposta à política do poder instituído; a crítica contra a ideologia e o sistema de interesses; a representação coletiva de uma cultura viva que abriga, em suas práticas, aflições, contradições, violências.

A ação de apropriação e transformação do espaço público em espaço de expressão da realidade antropológica, histórica, corporal de atores negligenciados pela representatividade institucional assinala a necessidade de inclusão de novas considerações sociais na legitimação do espaço e um enfrentamento ao padrão dominante de comportamento; desestabiliza a irreversibilidade de uma situação de subordinação e marginalização ao que é socialmente autorizado (Pallamin, 2000).

A apropriação criativa e crítica do espaço urbano pela arte parece tornar possível um novo impulso à noção de política, à possibilidade de surgimento de novas formas potenciais de democracias locais e à polis pública, na qual a simples elaboração e intercâmbio do que sucede na vida comum se converte em objeto do discurso (Arendt, 1992). Mostra, ainda, um argumento legítimo oposto à violência da política constituída e um grau de cidadania e politização não apreendido no exemplo de quem herdou a tradição grega, mas dele devedor na necessidade e exigência de compartilhar e humanizar a vida mundana.

As ações produtivas em locais deteriorados ou periféricos da cidade abrem espaços de gesta-

ção de intensidades sociais. A fragmentação, a dispersão, o afastamento em relação às “essências” e à forma “essencial” da cidade planejada/adequada obrigam a perguntar: porque o projeto formal ainda entende o território como entidade física que existe anteriormente à sociedade e exterior às práticas discursivas e sociais?

A idéia de cidade adequada não cabe quando, no momento contemporâneo, se organizam sociabilidades em formas normalmente desconsideradas pelos “olhares” tradicionais, cujas experiências fragmentadas e excludentes não são capazes de motivar o sentido de pertencimento dos indivíduos em relação à sociedade. Interessa ressaltar é que nesta arte que se manifesta no inesperado, no mutante, na apropriação “indevida”, no “caos”, se pode encontrar valores de projeto que se opõem às normas consideradas válidas e legítimas pelo próprio exercício da vida.

A arte urbana espontânea tem um projeto “outro” que problematiza e discute o território como arena de lutas políticas e sociais, questiona a fetichização da paisagem, revigora o espaço público. E o qualifica como um território social altamente politizado, não homogêneo, que dá acesso à construção de novas subjetividades e identidades e comporta divisões, fragmentações, conflitos, hierarquias, diferentes etnias. E mais: propõe uma fissura no anonimato ao expressar a ausência e a invisibilidade política de muitos grupos sociais e mostrar «táticas» (Certeau, 2004) concre-

tas de ação coletiva que possam constituir uma comunidade política (Veloso, s/d).

O arranjo é reivindicatório; sem angústias apaziguadas. Híbrido, forçosamente. Uma subversão excêntrica que aponta a necessidade de um projeto inaudito para o arquiteto e o urbanista: trabalhar com a realidade, abandonar o espetáculo e a autoria ensimesmada, adotar um discurso que se relaciona com o mundo comum. Incorporar novas subjetividades e identidades que desejam participação efetiva na construção dos territórios e sentidos da metrópole. Buscar inspiração no imaginário social que nasce da capacidade de transformar/alterar/agregar a sucata. Respeitar o «direito achado na rua» (Lyra Filho, 1982 / Souza Júnior (org.), 1987).

Referências bibliográficas

Arendt, Hanna., (1992), *La condición humana*. Barcelona: Paidós, 1992.

Canevacci, Massimo. *Cidade Polifônica – Ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Tomo I. Petrópolis: Vozes, 2004.

Koolhaas, Rem. OMA. “*La ciudad genérica in Ramos*”. Ángel Martin (ed.). *Lo urbano en 20 autores contemporáneos*. Barcelona: ETSAB/UPC, 2004.

Lyra Filho, Roberto. *O que é direito*, São Paulo: Brasiliense, 1982.

Lyotard, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

Pallamin, Vera Maria (2000). *Arte Urbana – São Paulo: região central (1945-1998) Obras de caráter temporário e permanente*. São Paulo: Annablume: FAPESP.

Santos, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1998.

Schwarz, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo (org.) *O Direito Achado na Rua*. Brasília: Universidade de Brasília, 1987.

Virilio, Paul. *Espaço crítico*. Rio de Janeiro: 34, 1993.

